

Editorial

Consolidação e difusão de um periódico científico em educação

Criada em 1995, por Paulo Vicente Guimarães, então diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), *Linhas Críticas* vem divulgando trabalhos de autores nacionais e internacionais, conforme pode ser verificado no levantamento referente aos 18 primeiros números editados: 236 autores, sendo 153 do Distrito Federal (dos quais 100 da UnB), 57 autores de diversos estados brasileiros (dos quais 27 publicados nos últimos três anos) e 26 do exterior (sendo 12 nos últimos três anos). Assim, desde o número 12 (2000), constata-se um incremento de artigos de autores nacionais e internacionais.

Informo que os dois números deste volume (18 e 19) estão sendo parcialmente financiados pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq (Ministério da Ciência e Tecnologia). Esse apoio é fundamental para que a equipe de *Linhas Críticas* possa planejar novas melhorias e inovações, contribuindo com mais qualidade para a edição científica da área da educação.

O sítio www.fe.unb.br/linhascriticas já recebeu 28.000 visitantes, em 56 meses. Os artigos dos números esgotados estão disponibilizados na íntegra e os demais têm seus respectivos resumos e *abstracts* exibidos. A experiência com o sítio familiariza os participantes e os interessados com o formato digital, visto que a transição dos periódicos impressos em papel para os periódicos eletrônicos é irreversível. Embora em fase experimental, esse desenvolvimento de novas tecnologias suscita, segundo Rowley (2002)* a reavaliação de várias questões, dentre elas: a atualização do direito autorial; a revisão da metodologia de avaliação pelos pares; e a renúncia dos autores “às tradições de publicação de resultados de pesquisas relativas aos periódicos impressos, que estão intimamente vinculadas à conquista de estabilidade no cargo, promoção e obtenção de financiamento para pesquisas” (p. 383).

Levando em consideração a importância das bibliotecas para o acesso da comunidade científica e profissional à informação, adotou-se, desde 2003, uma política de ampliação do número das permutas com revistas, sobretudo da área de educação, atingindo 94 periódicos, sendo 13 internacionais. Registro que a estratégia de contínua difusão está tendo êxito, pois *Linhas Críticas* alcança a marca de 300 assinantes (sendo 113 bibliotecas).

É com satisfação que informo aos leitores que nossa equipe foi ampliada e conta agora com a doutora Carmen Tacca, responsável pela Divulgação. A participação dela será essencial para agilizar o intercâmbio com assinantes, autores e sociedade nessa etapa de consolidação da revista. Agradeço a colaboração do ex-conselheiro Luiz Basílio Rossi (2002-2003), recém-aposentado da Universidade Federal de Roraima, e dou as boas-vindas aos novos conselheiros (2004-2005), Licínio Carlos Viana da Silva Lima, da Universidade do Minho (Portugal) e Terezinha Nunes, da Universidade de Oxford (Inglaterra).

* ROWLEY, Jennifer. *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2002. 399 p.

O presente número, que teve como editora convidada Marília Fonseca (UnB), é constituído por dez artigos e uma resenha. Este dossiê pretende contribuir para o debate sobre rumos mais democráticos da gestão na educação.

Carlos Alberto V. Estevão, da Universidade do Minho (Portugal), discute aspectos relacionados a ética, autonomia, justiça, participação e solidariedade na escola cidadã.

Sueli Menezes Pereira, Ariadne Schmidt Furtado e Analígia Becker, da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisam a construção da participação coletiva na gestão democrática em 26 escolas gaúchas urbanas.

Educação e autoritarismo: por uma gestão democrática do espaço escolar é o título do interessante texto de Ana Elizabeth Maia de Albuquerque, da UnB, que apresenta pontos em comum entre as instituições educativas e os campos de concentração nazistas.

O Programa de Apoio às Inovações Educacionais (PAIE) propõe a descentralização da gestão escolar em Minas Gerais. Ele é criteriosamente analisado por Geisa Magela Veloso, Helda Maria H. R. Lopes, Márcio Antônio Silva e Maria Nailde M. Ramalho, da Universidade Estadual de Montes Claros.

Maria Aparecida Lopes Carneiro, da Faculdade Santa Terezinha, apresenta os resultados de sua pesquisa sobre a participação da comunidade escolar e suas implicações para a prática democrática da escola, a partir de desenhos e depoimentos de alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental.

Maria Abádia da Silva, da UnB, estuda as formas de dominação do Banco Mundial, que usa a dívida externa para ampliar seu controle sobre a educação brasileira e para impor sua doutrina neoliberal, dificultando a democratização da escola pública e agravando a exclusão social.

Antônio Alves de Siqueira Júnior, da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, desvela os processos de repasse de verbas federais e estaduais, assim como suas implicações para a participação dos gestores e para a autonomia financeira das escolas públicas de Brasília.

Erasto Fortes Mendonça, da UnB, analisa os conselhos gestores de políticas públicas como elementos democráticos de controle social do Estado.

O Plano de Desenvolvimento da Escola na gestão do ensino fundamental de Goiás é pesquisado por Marília Fonseca, que mostra que sua implantação ocorre, às vezes, em detrimento do projeto político-pedagógico das instituições.

Na seção Relato de experiência, Benvinda Barros Dourado Ribeiro, da Universidade Federal do Tocantins, discorre sobre as mudanças na lógica de gerenciamento do sistema e de organização da escola pública tocantinense.

Finaliza este número a resenha do livro *Intervenção e consentimento*, de Maria Abádia da Silva, que analisa a nefasta política educacional do Banco Mundial no Brasil nas duas últimas décadas.

Antônio Villar Marques de Sá
Editor